

CORRENTES SEMÂNTICAS – PARTE III

META

Apresentar alguns dos mais significativos autores, pressupostos teóricos e conceitos de mais duas correntes ligadas ao estudo do significado: i) a Semântica Cognitiva; e ii) a Semântica Argumentativa.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

identificar o tipo de estudo desenvolvido pela Semântica Cognitiva e, igualmente, pela Semântica Argumentativa;

reconhecer as principais características e os respectivos objetos dessas duas áreas de investigação semântica;

caracterizar “como” o significado é tratado nas duas teorias consideradas.

PRÉ-REQUISITOS

Para a leitura desta aula, é importante que você tenha prestado bastante atenção nos momentos finais da anterior, pois lá sinalizamos as primeiras preocupações dos estudiosos da área de Semântica sobre a importância de tratar dos variados usos da linguagem (assunto que ficou abafado desde a época do Estruturalismo), pois as correntes que agora abordaremos em muito contribuem para a consideração dessa temática.

INTRODUÇÃO

Oi, pessoal, tudo bem?

Mais uma vez, estamos aqui para manter uma conversa sobre formas de se estudar o significado. Dessa vez, como aludimos na aula 3, o foco recai sobre a Semântica Cognitiva e a Semântica Argumentativa.

Como os próprios nomes já traduzem, a primeira leva em consideração a cognição humana e, como tal, observa os fenômenos do significado a partir das experiências do falante/ouvinte, no ambiente onde se encontra. A segunda, ligada ao que ficou conhecido como ‘virada pragmática’, como deixa transparecer o seu nome, tem a argumentação como objeto de análise, ancorada no entendimento de que a linguagem é essencialmente argumentativa e isso se confirma a partir das diferentes marcas linguísticas a que o falante recorre nos mais diversos atos que realiza.

Bem, para evitarmos ideias fora do lugar, é hora de fazermos o convite para a leitura da aula e dar por encerrada essa fala inicial. Bom trabalho!

CORRENTES SEMÂNTICAS – PARTE III: SEMÂNTICA COGNITIVA

Na aula 3, destacamos, entre outras coisas, como a Semântica Gerativa representou uma reação aos princípios da Teoria Padrão de Chomsky. Também sinalizamos que o momento foi oportuno para se questionar a validade de um estudo linguístico que negligenciava o ‘uso’, como ocorreu no viés gerativista de análise da linguagem.

Se apelarmos aqui a uma retrospectiva histórica, a informação é precisa: a partir da célebre dicotomia *langue/parole* proposta por Saussure (1999), a atenção dos linguistas voltou-se ao exame da primeira, sendo a *parole* (fala) excluída dos trabalhos caracterizados como linguísticos. Grosso modo, podemos dizer que “... as sentenças sempre foram tratadas como coisas, e as estruturas como depósito” (CHIAVEGATTO, 2002, p. 168).

Como bem lembra Chiavegatto (2002), devemos a Chomsky a inserção de um estudo linguístico centrado nos aspectos mentais. Por outro lado, sabemos que, embora a definição de competência — capacidade inata que o falante/ouvinte tem de entender um número infinito de frases — de Chomsky (1975) já remeta à presença do sujeito, o considera como um falante ideal, inserido numa comunidade linguística homogênea. Assim, apesar de não negar a existência do sujeito, a Gramática Gerativa descrevia a competência de um sujeito alheio à fala.

Incomodados com essa opção teórico-metodológica, muitos estudiosos passaram a rejeitar os princípios gerativistas, tais como a ideia de

uma estrutura profunda, a conclamação da sintaxe como superior na interpretação e, simultaneamente, como independente do pensamento humano e do ambiente onde se situa o falante e, sobretudo, a exclusão do uso da língua como campo de análise.

Desses estudiosos, merece destaque George Lakoff, que entrou em contato com postulados de ciências cognitivas e instaurou, juntamente com teóricos como R. Langacker e M. Johnson, a Semântica Cognitiva.

Quando falamos em ‘cognição’, vem-nos à tona algo ligado à mente, à experiência do homem. Pois bem, o adjetivo deriva do latim ‘cognitus’, particípio passado de cognoscere, e realmente alude à aquisição de um conhecimento X. Então, qual o escopo da Semântica Cognitiva? Ora, como ensaiamos na introdução, a cognição humana, na medida em que volta sua atenção para os fenômenos do significado com base na experiência do falante-ouvinte, no ambiente sociocultural em que se encontra. Para que isso fique mais claro para você, a seguir, falaremos um pouco sobre dois de seus importantes objetos de investigação, a saber: a prototipicidade e a metáfora. Começemos pelo primeiro desses.

PROTOTIPICIDADE

Na aula anterior, vimos que os estruturalistas dividem o léxico em campos lexicais. Analogamente, os seguidores da Semântica Cognitiva lidam com o fenômeno da prototipicidade, ou seja, trabalham o léxico a partir de categorias (MAMÍFEROS, AVES, CORES, etc.).

Ao iniciar uma discussão sobre esse assunto, Cançado (2008) assim se manifesta:

A afirmação de que um nome ganha uma significação devido à associação deste nome com algo na mente do falante. Entretanto, verdadeira essa afirmação, também teremos que responder a uma pergunta central sobre as representações mentais: qual é sua verdadeira natureza? Uma resposta bem simples a essa pergunta seria associar as entidades mentais a imagens. Isso funcionaria para entidades imaginárias como Belo Horizonte ou sua irmã; provavelmente, também funcionaria para entidades imaginárias como Saci Pererê. Porém, essa afirmação apresenta um sério problema, quando analisamos nomes comuns. Isso se deve ao fato de que existe uma grande variação de imagens entre os falantes para nomes como casa, carro, que dependem da experiência individual de cada um. (CANÇADO, 2008, p. 91-92)

Para simplificarmos um pouco, a autora salienta que “mesmo se alguns nomes estão associados a imagens, estas não podem explicar tudo sobre representações mentais”. (CANÇADO, 2008, p.92). Desse seu raciocínio,

fica fácil percebermos que o significado de algumas palavras não é visual e, por isso mesmo, precisamos de bases conceituais para explicá-lo. Tal explicação deve ser suficiente para que possamos reconhecer o que faz um cachorro ser um cachorro e não uma ave, por exemplo.

Nesse peculiar, a pesquisadora acima referida informa que uma abordagem que costuma ser tomada para a descrição do conceito é a que recorre ao grupo de condições necessárias e suficientes. Na sequência, ilustra com o exemplo de MENINA. Para que algo no mundo seja classificado como 'menina', as informações estariam organizadas em propriedades do tipo:

X é menina se e somente se:

- X é humano;
- X é criança;
- X é fêmea, etc.

As propriedades acima aludidas seriam as condições necessárias para que algo seja menina. A estudiosa acrescenta:

se pudermos estabelecer o grupo exato de propriedades para definir o que seja menina, então estas condições são suficientes, ou seja, conseguimos identificar a quantidade certa de informações para o conceito de menina. (CANÇADO, 2008, p. 13)

Dadas essas considerações, a autora nos alerta para o fato de que, numa abordagem dessa natureza, devemos assumir que os falantes, tendo os mesmos conceitos, inevitavelmente devem concordar com relação às condições necessárias e suficientes para a definição dos conceitos. Isso, porém, não é algo fácil, pois nem sempre há unanimidade no trato com a problemática. A propósito, eis as palavras da estudiosa:

Se, por um defeito de nascença, surgir um tigre com apenas três patas, ele deixaria de ser tigre? E se, por acaso, algum tigre resolver incluir vegetais em sua dieta, ele deixa de ser tigre? Exemplos como esse nos levam à seguinte questão? Como podemos nos basear em tais condições, se não conseguimos estabelecer quais são as condições aceitas por todos os falantes? Certamente, problemas dessa natureza interferem na aceitação de uma definição de conceito que use a noção de condições suficientes e necessárias. (CANÇADO, 2008, p.94)

Uma outra objeção de fácil aceitação estaria no próprio desconhecimento do falante, que por vezes faz uso de uma palavra sem conhecer suas propriedades conceituais (quem aqui sabe que minhoca é hermafrodita?!). Bom, resta-nos concordar com a referida autora e dizer que julgamos pouco provável que uma palavra tenha necessariamente como representação mental um conceito constituído com essas condições.

Voltando nossa olhar para, concretamente, o fenômeno da prototipicidade, destacamos que essa teoria, proposta por Rosch, considera os conceitos como sendo estruturados de maneira gradual, de modo que é possível reconhecer comparações a outros que são considerados periféricos. Isso faz com que reconheçamos com mais facilidade o homem como mamífero e não o morcego, embora este também o seja.

A constatação da existência desses níveis de categorias nos faz ter dúvidas de classificar, como enfatiza Cançado (2008), uma baleia como MAMÍFERO ou como PEIXE, na medida em que este animal possui propriedades de ambas as categorias. Então, a teoria de protótipos facilita a nossa vida, porque baleia será enquadrada na categoria que apresentar o maior conjunto de suas propriedades.

Evitando tratados sobre o assunto, urge dizermos que abordagens prototípicas serviram de base para estudos desenvolvidos por Fillmore e Lakoff. Na essência, esses autores, sendo cognitivistas, consideram a experiência do falante e, igualmente, sua cultura. Alinhados a esse entendimento, nascem os conceitos de estrutura (tratados em Fillmore) e modelos cognitivos idealizados (estudados por Lakoff).

Para darem conta desses conceitos, os autores validam uma divisão do repertório daquilo que consideramos como informações prototípicas. Assim, se pensarmos no que define ‘solteiro’, por exemplo, entenderíamos que o papa é, sem dúvida, o elemento mais periférico da categoria. A bem da verdade, Fillmore e Lakoff propõem uma divisão de conhecimento sobre a palavra solteiro: i) a outra uma parte (chamada de conhecimento linguístico ou semântico) diz respeito à definição prevista em dicionários (homem não casado); ii) a outra parte (conhecimento do mundo real ou geral) é referente a uma definição enciclopédica, que inclui conhecimentos culturais sobre celibato e casamento. É esse segundo tipo de conhecimento que os autores denominam de estrutura ou modelos cognitivos idealizados. Como ressalta Cançado (2008, p.96): “é esse modelo idealizado que governa nosso uso da palavra solteiro e nos impede de usá-la em casos de pessoas isoladas como Tarzan e Robinson Crusoe”.

Agora, que apresentamos alguns aspectos relevantes para a compreensão da prototipicidade, falemos sobre o fenômeno da metáfora.

METÁFORA

Por muito tempo, as metáforas foram consideradas como um adorno e mesmo como um desvio utilizado pelo homem para embelezar a linguagem (o que nos nossos compêndios didáticos aparece como figura de linguagem). Podemos dizer que a tradição retórica iniciada com Aristóteles entendia ser a razão a única fonte de percepção da realidade, desse modo, quando a palavra de ordem fosse objetividade, era impositivo rejeitar o uso de metáforas e de outras figuras de linguagem recorrentes no texto poético.

Assim concebidas, pouca ou nenhuma atenção lhes eram dirigidas enquanto fenômeno cognitivo. Em 1980, porém, com o lançamento da obra *Metaphors we live by*, Lakoff e Johnson trouxeram à tona a ideia de que o uso de nossas expressões linguísticas está intimamente atrelado à forma como nós concebemos o mundo nas mais diversas experiências corpóreas. Em outras palavras, os autores fundaram o entendimento de que “... a maior parte do nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturado, isto é, que os conceitos, na sua maioria, são parcialmente compreendidos em termos de outros conceitos”. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 127). Nesse sentido:

Os sujeitos que utilizam o sistema linguístico são receptores que processam as informações e geram saídas, baseadas em princípios gerais que são estabelecidos pelos próprios indivíduos, numa incansável atividade diária de interação comunicativa. (ESPÍNDOLA, 2006, p. 107).

Dessa perspectiva, então, as expressões linguísticas são derivadas de processos engendrados na mente – ditos figurativos (LAKOFF; JOHNSON, 2002) – que se correlacionam com o contexto social no qual são produzidas. Logo, tais expressões não dispõem de significados primários; pelo contrário, representam ‘pistas’ para o processamento de diferentes significados pelos usuários.

No fundamental, para os referidos estudiosos, compreender o mundo significa processar correspondências entre aspectos similares, que são perceptíveis em termos de domínios experienciais distintos, a saber: um domínio-fonte (das experiências mais concretas) e um domínio-alvo, em que o primeiro desses é mapeado sobre os segundo. Trocando em miúdos, os falantes, apesar de, em geral, não se darem conta de que estão diante de mapeamentos entre domínios conceptuais, empregam as experiências mais concretas para falarem das mais abstratas.

Para validarem essa convicção, Lakoff e Johnson (2002) subcategorizam algumas das formas metafóricas conceptuais existentes, entre as quais é possível citar uma que é bastante viva na cultura ocidental: **DISCUSSÃO É GUERRA**, tendo em vista a sua presença numa grande variedade de construções linguísticas (como em Seus argumentos são indefensáveis, Ela atacou todos os pontos fracos da minha argumentação, Suas críticas foram direto ao alvo, Destruí sua argumentação, Jamais ganhei uma discussão com ele e outras). Conforme esses autores, então, mesmo não havendo “... batalha física há uma batalha verbal, que se reflete na estrutura de uma discussão — ataque, defesa, contra-ataque etc.” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 47).

Segundo esses autores, há três categorias distintas de metáforas conceptuais da nossa vida diária:

,i) estruturais: estruturam um conceito em termos de outro, sendo responsáveis pela organização do nosso sistema conceptual, como em

- (1) aspectos peculiares do povo itabaianense mostrados através de sua história de vida e luta (Revista Perfil, capa de 1999, p. 16)

Podemos observar que o substantivo “luta” pertence ao domínio de origem guerra, fazendo uma relação com o domínio-alvo vida. O exemplo exposto demonstra como utilizamos o campo semântico guerra para falar sobre vida, logo, temos nesse caso a metáfora estrutural VIDA É GUERRA.

ii) orientacionais: ligam-se à orientação no espaço, organizando um sistema de conceitos em termos de outro a partir de nossas experiências culturais e físicas. Logo, envolvem direção, tais como: em cima, em baixo; para cima, para baixo; dentro, fora; entre outros.

Nos enunciados

- (2) Hoje estou me sentindo para cima e
(3) Você está de alto astral,

temos que ALEGRIA É PARA CIMA e em

- (4) Estou na fossa e
(5) Ele está completamente para baixo (ver notas explicativas: 1)

temos que TRISTEZA É PARA BAIXO.

Para mostrar que as metáforas conceptuais são frutos de uma convenção cultural e que o contexto é um fator determinante, assinalamos a metáfora BOM É PARA BAIXO .

- (6) Foi um ano em que a revista contou com 9 edições e se aprofundou em suas informações... (Revista Perfil, capa de 2000, p.18)

Neste exemplo, a forma verbal “aprofundou”, que nos remete ao sentido “para baixo”, expressa a ideia de que o grau de informação da revista Perfil melhorou.

iii) ontológicas: transformam conceitos abstratos em entidades – coisas ou seres (animais ou humanos), como acontece em:

- (7) Nasce a Perfil, uma revista com um propósito de mostrar, a princípio, as belezas culturais e, principalmente, os potenciais turísticos da cidade de Itabaiana, (Revista Perfil, capa de 1998, p. 14),

em que a revista Perfil assume um papel personificado, visto que “nascer” é uma ação própria de um ser vivo. Logo, temos a metáfora conceptual ontológica A PERFIL É UM SER VIVO.

De modo geral, conceptualizações desse tipo representam informações – arquivadas arquivadas na mente do falante por meio da relação que mantém em sua vida social – a serem usadas na construção dos sentidos das formas linguísticas. Logo,

os significados não são propriedades das palavras, mas construções que se atualizam na mente dos sujeitos, em correlações que se estabelecem entre a forma manifesta e os contextos nos quais a interação ocorre. O contexto determina qual domínio está ativo e, importando para a construção do significado as informações ali armazenadas, podemos construir o significado do enunciado manifesto. (CHIAVEGATTO, 2002, p. 148)

Fica claro, com base nessa afirmação, que uma expressão linguística X tem o seu significado demarcado a partir de sua relação com o contexto que o ocasiona. Parafraseando: o contexto determina o domínio cognitivo a ser ativado e, nesse sentido, a polissemia também se explica por essa característica, representando um processo ativador de correspondência entre um sentido básico de uma palavra/expressão e suas extensões.

Bom, para que a discussão não se estenda muito, ressaltamos que muitos estudiosos na atualidade têm lançado mão dessa concepção de metáfora em suas pesquisas. Tais investigações se voltam para a análise desse fenômeno cognitivo em discursos pedagógicos, em seções com foco na economia, em jornais, em revistas, entre outros.

Para Sardinha (2007), as metáforas conceptuais funcionam como ativadoras de um estilo próprio de quem produz a mensagem. Na realidade, para o autor, cada dia com mais força, as metáforas são tratadas como “recursos retóricos poderosos e são conscientemente usados por políticos, advogados, jornalistas, escritores e poetas, entre outros, para dar mais ‘cor’ e ‘força’ a sua fala e escrita”. (SARDINHA, 2007, p. 13).

Resumindo: de acordo com essa perspectiva de análise, a metáfora está presente no nosso cotidiano, sem que nos apercebamos disso. Conforme salientam Lakoff e Johnson, estamos sempre “conceitualizando uma coisa em termos de outra” (2002, 34). Isso, sem dúvida, não se subordina à condição de “ornamento” ou recurso estilístico, porque está arraigado no nosso sistema conceptual e se define culturalmente.

Já que apresentamos dois dos fenômenos que ganham destaque no interior das pesquisas semânticas rotuladas de ‘cognitivas’, falemos um pouco sobre o campo da Semântica Argumentativa. Mãos à obra!

SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Tchan, tchan, tchan, tchan!!!! Claro que essa nossa chamada tem o propósito de não fazer você dormir, caso tenha se cansado da leitura, afinal, já falamos tanto nesta aula, né? rs. O lado bom é que cada seção traz uma abordagem diferente...

Pensemos juntos: o que nós fazemos com a linguagem? Falamos mal (e bem também!) da vida alheia (rs), discutimos sobre determinados assuntos, julgamos, criticamos, reclamamos, elogiamos, prometemos, agimos, uma infinidade de ações, não é? Como assim, professora? Ora, todas as nossas falas veiculam ou mesmo representam ações. Isso significa dizer que a linguagem é marcada pela argumentatividade. Grosso modo, é esse o campo da Semântica Argumentativa.

Os princípios básicos dessa teoria tiveram início na França, a partir do trabalho desenvolvido por Oswald Ducrot, para quem a argumentatividade se inscreve na própria língua, por meio de elementos linguísticos, que foram por ele chamados de ‘operadores argumentativos’. Desta sorte, os estudos rotulados de ‘semântico-argumentativos’ sustentam a ideia de que a linguagem caracteriza-se pela argumentatividade, pela intervenção do homem na mediação de sentidos no contexto social. Nessa perspectiva, o indivíduo, ao usar a língua, não exterioriza somente uma estrutura linguística dotada de um pensamento X, mas realiza ações, atua sobre o interlocutor.

Como lembra Guimarães (2005), à luz dessas pesquisas, “há na própria estrutura semântica algo que não tem caráter informativo”. (p. 50). Trocando em miúdos, essa perspectiva endossa o fato de que há um aspecto argumentativo inerente a qualquer produção textual e, mesmo em textos caracterizados, a princípio, pela objetividade e/ou funcionalidade informativa, a exemplo do discurso científico, tal caráter se evidencia. Desse ângulo, a neutralidade da opinião é apenas um mito. Como afirma Koch (2002, p. 17), “o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”.

Sob esse ponto de vista, muitos estudiosos, simpatizantes das pesquisas de natureza pragmática (êpa, o que isso?! Calma, vamos falar daqui a pouco...), conceituam texto não apenas como um agrupamento de frases, mas como o locus onde a intencionalidade se manifesta. A intencionalidade passa a ser vista, como bem lembram Beaugrande e Dressler (1996, p.56), como “um dos fatores responsáveis pela textualidade de um discurso” (ver nota explicativas: 2) e o texto como uma atividade verbal consciente, inserida em um contexto social complexo e voltada para fins específicos.

Analisar produções textuais a partir dos aspectos acima referidos implica tornar evidente que o enunciador utiliza-se de diferentes opções linguísticas que se inscrevem na linguagem para estabelecer relações entre o texto e a situação que constitui a enunciação.

Para que essa conversa fique ainda mais clara, façamos juntos a leitura do texto seguinte (veiculado no sítio eletrônico do ig, em 2008), tudo bem? E tem outro jeito?... , alguém poderia dizer... Hum, quem aqui esqueceu o assassinato da menininha de 5 anos, jogada do sexto andar do edifício London, em São Paulo? Dá até para arriscarmos a resposta = todo se lembram do caso, extremamente abordado pela mídia e pelos meios de circulação impressa de notícias. Agora, a pergunta que não quer calar: Será que o pessoal da imprensa se abstém de dar suas opiniões? Não seriam as suas falas, de acordo com os compêndios dos cursos de Comunicação isentas de interpretações pessoais? Vejamos se isso é mesmo verdade...

Texto 1

CHORO E FRIEZA EM INTERROGATÓRIO

www.ig.com.br
20 de abril de 2008

“Interrogatório de Anna Carolina, tomado pelos delegados Calixto Calil e Renata Pontes, começou por volta das 20h de sexta-feira e terminou à 1h30 do sábado. O interrogatório foi bem mais curto do que o prestado por seu marido. Alexandre Nardoni prestou depoimento por cerca de oito horas. A polícia descartou a realização da acareação entre os dois e eles deixaram a delegacia por volta das 4h40.

Ao ser questionada sobre as manchas de sangue encontradas no carro do casal, Anna Carolina disse que desconhecia o fato. Ela teria dito apenas “desconheço” sem se estender mais sobre o assunto. A mesma resposta teria sido dada para o ferimento na testa de Isabella.

Ainda, de acordo com a polícia, Anna Carolina demonstrou frieza durante o depoimento. Já Alexandre chorou bastante. Os dois foram indiciados pela polícia por homicídio doloso (com intenção de matar), triplamente qualificado, pela impossibilidade de defesa da vítima, motivo torpe e cruel”.

E aí? Qual a primeira impressão? Recuperemos o contexto que envolvia o caso: pai e madrasta acusados pela morte da pequena garota de 5 anos, Isabella Nardoni, caso que chocou o país inteiro e que a imprensa fez questão de inflamar. A toda hora ligávamos a televisão, líamos os jornais, comprávamos as revistas, tudo fazíamos para a obtenção de mais e mais notícias desse trágico caso.

Ora, ninguém ficou isento de dar opinião, tínhamos sempre algo a dizer, a acrescentar, seja para defender, seja acusar o casal. Quase sempre, nossa posição era a de um juiz, condenávamos a maior parte do tempo. Independentemente das comprovações que levaram à condenação dos réus, em março de 2010 (dois anos depois do crime!), muito confiamos na opinião alheia, tomando-a como verdade. Isso porque muitos jornalistas e outros tantos formadores de opinião agem de modo extremamente inteligente, quer para exporem uma adesão maior ao que fala, quer para ‘fingirem’ isenção no que fala, tentando camuflar suas interpretações do caso por meio de marcas linguísticas especiais. Analisemos.

O título (Choro e frieza em interrogatório) já traz algo negativo, porque, apesar de explicitar o fato de a madrasta de Isabella ter chorado, ela o fez de modo ‘frio’ e isso soa, no mínimo, como ‘choro falso’. Na sequência, a informação é a de que o interrogatório foi curto e reticente, pois a resposta para as questões mais intrigantes limitou-se a “desconheço”.

O interessante é que o jornalista lança mão de um “teria dito”, ou seja, ele procura deixar claro que não tem certeza (registra pouca adesão ao que expressa) do que fala e que apenas repassa a notificação policial. Veja, em caso de polêmica, ele se recuou, fez um uso menos enfático sobre o que precisava noticiar. Também para reforçar a ideia de que a madrasta foi ‘fria’, ríspida no interrogatório, faz valer o discurso da fala de outrem: “de acordo com a polícia”. Depois, registra que o pai “chorou bastante” e, quando remete ao fato de o casal Nardoni ter sido indiciado, deixa escapar o uso de “motivo torpe e cruel”. Sem mais nem menos, eis a opinião do jornalista: a menina teve morte cruel, provavelmente, pela madrasta, caracterizada como ‘fria’.

Como esse, muitos outros textos voltados para esse caso nos trouxeram conclusões semelhantes, independentemente de toda a investigação que acontecia. Evidentemente, pode a imprensa trazer posturas inversas, fazendo-nos defensores de bandidos. Na realidade, tudo não passa de uma questão de uso de linguagem, de uma arquitetura bem montada das informações que pretendemos veicular. Aliás, sejamos mais globais, tudo depende do nosso objetivo: insultar, convencer, prometer, atuar sobre o outro.

Em verdade, estamos sempre orientando as conclusões que devem ser tiradas dos enunciados que produzimos. Eis o que fazemos diariamente para as pesquisas de natureza pragmática e, claro, a Semântica Argumentativa, por tratar da argumentação enquanto uso linguístico, assim se caracteriza. Daí o fato de muitos autores, como Guimarães (1985) entenderem que a Semântica Argumentativa é um tipo de Pragmática.

Esse tipo se ocuparia de precisar, como dissemos há pouco, que marcas linguísticas são reveladoras do intento dos falantes. Logo, as noções que permeiam as análises quase sempre dizem respeito à classe argumentativa, força argumentativa, escala, etc. Seus objetos reais de investigação são chamados de ‘operadores argumentativos’, que são “certos elementos da

gramática de uma língua que têm por função indicar (“mostrar”) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2001, p.30). Entre esses operadores, Koch (2001) lista, entre outros: os que indicam o argumento mais forte de uma escala (até, mesmo, até mesmo, inclusive); aqueles que somam em favor de uma conclusão X (também, e, ainda, nem, não só... mas também, etc.); os que introduzem conclusão em relação ao que vem sendo comentado (portanto, logo, por conseguinte...); os que introduzem argumentos alternativos (ou, ou então, quer... quer, etc.)...

Cansou? também cansamos. Há muitos tipos de operadores argumentativos e várias outras marcas linguísticas da argumentação, mas para o momento já nos conformamos com essa pequena lista. Na aula 9, discutiremos cada um desses tipos com mais vagar, ok? Algo mais? Uma notícia boa: o diálogo que resolvemos travar sobre Semântica Argumentativa acabou aqui.

CONCLUSÃO

Chegamos ao final de mais uma aula e, como de hábito, cabe fazermos algumas observações. Pois bem... Embora tenhamos conversado sobre abordagens semânticas distintas, podemos chamar a atenção para um ponto em comum: ambas trazem à tona, de certo modo, o debate sobre a importância de considerarmos os usos da linguagem, algo que tinha sido colocado em segundo plano nos estudos estruturalistas e gerativistas.

Se, de um lado, os trabalhos rotulados de cognitivistas lidam com o significado com base nas experiências do falante, ser do mundo e, como tal, integrante de um ambiente sociocultural, do outro, os adeptos da Semântica Argumentativa fazem da argumentação a sua caça, o seu prazer e, nesse peculiar, tomam a linguagem como meio de evidenciar as intenções dos seus respectivos usuários. Usuários que argumentam, que buscam direcionar o seu dizer para determinadas conclusões e não para outras. Então, temos algo de diferente das abordagens de significado que vimos nas aulas 2 e 3, não é mesmo?

Como o conhecimento não cessa, assim acontece também com as pesquisas do significado, de tal modo que poderíamos ter priorizado outras e outras questões alusivas às abordagens aqui tratadas, mas o nosso propósito residiu exatamente em dar uma visão panorâmica dessas áreas. Certamente nós o fizemos. Até a próxima conversa! Tchau!

RESUMO

A aula de hoje focou sua atenção em mais duas correntes de estudo do significado: a Semântica Cognitiva e a Semântica Argumentativa. Iniciamos a discussão remetendo ao fato de que o desenvolvimento de uma Semântica Cognitiva ter nascido em decorrência de uma insatisfação de estudiosos como Lakoff e Johnson em relação ao pensamento gerativista. Comentamos que esta área de estudos lida com a cognição, como o próprio nome alude, na medida em que centra sua preocupação com o fenômeno do significado a partir da experiência do falante/ouvinte, ser ambientado socioculturalmente. Destacamos dois dos seus principais conceitos: i) a prototipicidade (o trabalho com o léxico a partir de categorias) e a metáfora (a par do entendimento de que o nosso sistema cognitivo é metaforicamente estruturado, pois compreendemos conceitos em termos de outro). Depois, passamos a falar sobre o estatuto da Semântica Argumentativa, apontando o trabalho de Oswald Ducrot como pioneiro na área. Assim, vivificamos a máxima dessa corrente, a de que a argumentatividade está inscrita na língua, ao tempo que mostramos como o texto é considerado uma atividade verbal consciente inserida em um contexto social complexo e com fins específicos. Por fim, citamos as noções de classe, força e escala argumentativa como elementos de análise dos ‘operadores argumentativos’, fenômenos reais de investigação desse tipo de estudo semântico.



ATIVIDADES

Oi! Como você já leu a aula, eis a hora de responder àquelas poucas questões sobre o assunto tratado.

1. Observe a informação prototípica abaixo:

1) Casa

Condições necessárias e suficientes:

- lugar de morar;
- tem interior e limite;
- abriga coisas e pessoas.

Falhas das condições:

- uma casa abandonada continua sendo casa, apesar de não abrigar nada.

Com base nesse modelo, estabeleça o conceito das palavras abaixo, usando a noção de condições necessárias e suficientes. Mostre como em cada conceito essas condições podem ser falsas.



- a) veículo
- b) trabalho
- c) mãe

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

a) Veículo

Condições necessárias e suficientes: é móvel; transporta pessoas e coisas; tem rodas; tem formato de continente.

Falhas das condições:

-navio é veículo e não tem rodas; bicicleta e moto não têm formato de continente.

b) Trabalho

Condições necessárias e suficientes: é uma atividade humana; é obrigação, dever; é remunerado.

Falhas das condições: as formiguinhas não são humanas e realizam algum tipo de trabalho; os escravos exerciam trabalho e não recebiam remuneração; há pessoas que realizam trabalho voluntário, também sem remuneração.

c) Mãe

Condições necessárias e suficientes: é do sexo feminino; é adulta; tem filhos.

Falha das condições: uma adolescente (ou pré-adolescente) pode ser mãe, apesar de ainda não ser adulta.

2. Observe as frases a seguir:

- a) “A gente deu um tempo e achou melhor cada um seguir seu próprio caminho”;
- b) “Não gasto meu tempo com esse tipo de discussão”.

Segundo Lakoff e Johnson (2002), tais frases traduzem exemplos típicos de metáforas conceptuais. Quais seriam essas metáforas conceptuais? Por que se costuma dizer que essas metáforas são convencionais e culturais?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Ora, como ilustramos a nossa aula exatamente com casos semelhantes, fica bem fácil de você reconhecer as metáforas conceituais da questão, não é mesmo? Bom, confirmando as suas suspeitas, temos, de fato, as metáforas: O AMOR É UMA VIAGEM, no caso de a; e TEMPO É DINHEIRO, em b.

Em ambos os casos, reconhecemos como conceitualizamos um domínio a partir de outro. Em a), o domínio-alvo (aquele que queremos conceitualizar) é AMOR e o domínio-fonte (aquele a partir do conceitualizamos) é VIAGEM; em b) o domínio-alvo é TEMPO e o domínio-fonte é DINHEIRO.

Agora, explicar por que razão são consideradas convencionais e culturais parece ser algo ainda mais fácil, pois as metáforas variam de uma cultura a outra e podem não fazer o menor sentido em lugares diferentes. A propósito, ao longo da aula, para mostrar que as metáforas dependem de um contexto determinante, trouxemos o exemplo BOM É PARA BAIXO, que apareceu na edição especial de 10 anos da Revista Perfil.

3. Leia o texto abaixo e aponte estratégias linguísticas para justificar a máxima de que a argumentatividade está inscrita na língua.

A reeleição de Lula: ou o enterro provisório de uma crise estrutural

World Socialist Web Site
Novembro de 2006

Apesar de todas as denúncias de corrupção que ocorreram no primeiro mandato de Lula, apesar do enquadramento de diversos dos seus ministros no crime de formação de quadrilha, apesar das crises sucessivas do seu partido, PT, que teve quatro presidentes diferentes somente no último ano (José Genoíno, Tarso Genro, Ricardo Berzoini e agora Marco Aurélio Garcia), apesar da grave crise política que várias vezes ameaçou levar ao impeachment do presidente, apesar de tudo isso Lula foi reeleito, no segundo turno, com 60% dos votos válidos, contra 39% do seu adversário — Geraldo Alckmin, candidato de uma coligação de direita. Sem dúvida, a capacidade de sobrevivência de Lula contrariou todas as expectativas, mesmo as mais otimistas (...).

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Aqui, não há como negarmos que o autor valida algumas marcas linguísticas para reforçar sua argumentação, não é mesmo? Se o próprio título já nos ajuda a pensar na questão, afinal, não é à toa que ele fala em “enterro”, vemos também de cara a forte recorrência ao operador argumentativo “apesar de”. Com esse uso, podemos reconhecer a inclusão de argumentos para conclusões contrárias. Ou seja, “apesar de tudo”, Lula ganhou e esse resultado parece não ter agradado ao produtor do texto... claro que há outros elementos, mas registremos apenas mais dois: a adoção da forma modalizadora epistêmica asseverativa “Sem dúvida”, que marca o alto grau da adesão do autor em relação ao que afirma, e do operador “mesmo”, que assinala o argumento mais forte de uma escala, afinal, “mesmo”.

UM POUCO MAIS SOBRE METÁFORA CONCEPTUAL: A REVISTA PERFIL EM CENA

À luz de uma perspectiva sociocognitiva de linguagem (CHIAVEGATTO, 2002), segundo a qual o funcionamento das línguas prescinde de uma integração entre o social e o cognitivo, desenvolveu-se, no período de agosto de 2009 a julho de 2010, sob o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFS, o projeto “Metáforas veiculadas na edição comemorativa da revista Perfil”. Esse projeto, realçando, entre outras, leituras de Lakoff e Johnson (2002), Sardinha (2007) e Chiavegatto (2002), pôs em relevo o estatuto da metáfora conceptual na reportagem de capa (“Retrospectiva”) da edição comemorativa aos 10 anos da revista *Perfil*, uma publicação mensal da Editora Info Graphic, em parceria com a Art&CIA.

Tal revista, lançada no dia 26 de janeiro de 1998 no município de Itabaiana-SE, é a única que tem como foco retratar os fatos do interior de Sergipe e, se a princípio se limitava a mostrar o cotidiano da sociedade itabaianense, aos poucos passou a voltar sua atenção também para os demais municípios do interior sergipano. No início, tinha em média 20 páginas e a tiragem era de 2000 revistas, hoje esses números foram em muito acrescidos: 60 páginas, 12.000 exemplares, respectivamente. Vale frisar, inclusive, que a revista conta hoje, também, com uma página na internet (www.revistaperfil.com.br).

Do ponto de vista da formatação, apenas as capas e poucas matérias internas eram registradas em cores variadas, sendo a sua maior parte feita em papel apergaminhado com fonte azul e/ou preta. Agora, a revista apresenta um conjunto variado de cores e muitas figuras em todas as suas seções. Divide-se em três partes principais: i) Seções: Converse com o leitor, Entrevista, Registrando, Especial, Espaço literário, Sociedade, Cinema, Perfil Marketing, Garota Perfil, Balada; ii) Cidades: Dores, Itabaiana, Lagarto, Glória, Aracaju, Malhador e Pinhão; iii) Colunas: Saúde, Empreender, Comportamento, Ponto de vista e Contos e causos.

Em 2008, a Revista Perfil fez aniversário de 10 anos de circulação e sua reportagem de capa, 100, nº 2, Especial – 10 anos, reuniu todas as capas das edições anteriores, de modo a fazer uma retrospectiva do trabalho prestado à comunidade do interior sergipano. Assim caracterizada, apresenta 11 seções distintas:

1. 1998 – O início de tudo. Nasce a Perfil, uma revista com um propósito de mostrar, a princípio, as belezas culturais e, principalmente, os potenciais turísticos da cidade de Itabaiana;
2. 1999 – Revista Perfil recebe título de Colaborador do Movimento Lojista. A Perfil e os primeiros sinais de um jornalismo moderno;
3. 2000 – Dois anos de trabalho produtivo. Novas mudanças, com o que há de mais novo, em conceito de diagramação, dando uma nova cara a revista que continua sendo a maior e agora, mais moderna, do interior sergipano;
4. 2001 – Perfil alcança novos horizontes e alcança todo o Estado. O objetivo agora é crescer e alcançar novas cidades. O limite? O mundo;
5. 2002 - Revista Perfil recebe o título de “Honra ao Mérito”. O ano de 2002 foi marcado pelas homenagens à seriedade e imparcialidade com que a Perfil divulgava o dia-a-dia dos sergipanos;
6. 2003 - Cinco anos difundindo valores e cultura. Com os olhos postos no futuro e um sentimento de maior idade, a Perfil leva até os leitores cada vez mais informação e entretenimento a serviço da cultura do nosso Estado;
7. 2004 – Com 59 edições a Revista Perfil já se torna um marco. Há seis anos a revista reflete de maneira mais viva e aguda o que está acontecendo ou está para acontecer no Estado e no país;
8. 2005 – As mudanças visíveis permitem a chegada ao exigente mercado editorial aracajuano. A Perfil continua a investir num elenco de colunistas que se expande. Inclui nomes como o do conselheiro empresarial Luis Marins, que muitos sergipanos conhecem através das páginas da revista;
9. 2006 – Revista Perfil completa oito anos de dedicação e trabalho. Em 2006, a Perfil é mais que um projeto consolidado cujo desafio a partir de então é ampliar sua distribuição aumentando a credibilidade que o leitor já demonstra ter pela revista;
10. 2007 – Nove anos de liderança consolidada e público maior. Em 2007, a Perfil exhibe a força popular. Aumenta a participação do comércio sergipano e o leitor é nosso maior colaborador;

2008 – Perfil: à frente do seu tempo e gerando frutos. Chegamos a 2008. A revista continua sendo um marco, fazendo história, e atingindo 100 edições em uma década de registro e fatos.

Para resumirmos, a análise realizada voltou sua atenção para a identificação das categorias conceptuais destacadas em Lakoff e Johnson (2002), a saber: estruturais, orientacionais e ontológicas, tratadas outrora. O resultado global deste primeiro rastreamento pode ser conferido no seguinte quadro:

Metáfora	Tipo	Ocorrência
A PERFIL É UM SER VIVO	Ontológica/personificação	49
RECIPIENTE	Ontológica	4
MAIS É MELHOR	Estrutural	18
MENOS É MELHOR	Estrutural	1
MAIOR É MELHOR	Estrutural	27
BOM É PARA BAIXO	Orientacional	1
MUDANÇA É MOVIMENTO	Estrutural	16
INOVAR É SURGIR	Estrutural	5
VIDA É GUERRA	Estrutural	2

Quadro nº1: Distribuição das metáforas nas capas

Como podemos constatar, há um número significativo de expressões metafóricas, um total de 49 ocorrências, que são manifestas por meio de uma personificação: A PERFIL É UM SER VIVO. Paradoxalmente, há apenas 1 (uma) ocorrência da metáfora orientacional BOM É PARA BAIXO. Vale destacarmos, ainda, o uso irreverente do verbo “surgir” como forma de destacar as inovações que a revista trouxe e traz para o estado de Sergipe. Daí a menção à metáfora conceptual INOVAR É INOVAR no quadro acima. A propósito desse peculiar, também a metáfora do movimento (correspondência entre a percepção do movimento e a consciência de uma transformação na circunstância dos eventos no mundo, como em “... a Perfil deu mais um grande salto..”) é realçada com o objetivo de mostrar as transformações que a revista passou no campo editorial.

No mais, a identificação dessas metáforas no corpus demonstra o quanto estas estão presentes no texto publicitário e, por que não dizer, no cotidiano, sem que nos apercebamos disso. Como destacam Lakoff e Johnson, estamos sempre “conceitualizando uma coisa em termos de outra (2002, 56)”.

NOTAS EXPLICATIVAS

(1) Os exemplos de 1 a 4 foram extraídos de Lima (2003, p. 158) e os demais da edição comemorativa da Revista Perfil (2008).

(2) Para Beaugrande e Dressler (1996), sete são os fatores responsáveis pela textualidade de um discurso, a saber: a coerência, a coesão, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

PRÓXIMA AULA

Quem arrisca o assunto da próxima aula? 1, 2, 3... o jeito é anunciar mesmo: estaremos a conversar sobre a utilidade de alguns dos principais conceitos semânticos, especialmente no que diz respeito ao universo de sala de aula.



AUTOAVALIAÇÃO

Terminada a aula, pense rapidamente e responda: O que representam as correntes teóricas que acabei de estudar? Eu consigo diferenciar uma da outra? Quais os seus respectivos objetivos? Agora, seja sincero e imagine que nota daria a si mesmo. Em caso de pensar em menos de 5, já passou da hora de lê-la novamente, refazendo os exercícios. Boa sorte!



REFERÊNCIAS

- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. 18 ed. London: Longman linguistics library, 1996.
- CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. 2 ed. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. Gramática: uma perspectiva sociocognitiva. In: **Pistas e travessias II**. Bases para o estudo da gramática, da cognição e da interação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. pp. 131-212.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Arménio Amado, 1975.
- DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas-SP: Pontes, 1987.

- ESPÍNDOLA, Lucienne. Metáforas conceituais em editoriais com tema sobre economia. In: **Revista do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste – GELNE**. João Pessoa, vol.08, 2006.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3 ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. (Coordenação de tradução: Maria Sophia Zenotto). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. (Coleção As Faces da Linguística)
- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça. **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **Argumentação e linguagem**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SARDINHA, Tony Berber. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial; -(língua[gem]; 24), 2007.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 17 ed. São Paulo: Contexto, 1999.
2008. Retrospectiva: matéria completa dos 10 anos com todas as capas. **Perfil**, 100, ano 11, nº2, Edição Especial – 10 anos.